



PROCESSO : 13.840-1/2016
ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
UNIDADE : SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
RESPONSÁVEIS : JOÃO ANTÔNIO CUIABANO MALHEIROS – EX-SECRETÁRIO DE ESTADO
OSCEMÁRIO FORTE DALTRO – EX-ORDENADOR DE DESPESAS
MARIA ANTULIA LEVENTI – COORDENADORA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECRETARIA
FERNANDA MOREIRA DA SILVA – EX-ASSESORA JURÍDICA
CONSTRUTORA TAIAMÃ LTDA
DANIELLE GAÍVA CAPOROSSI – REPRESENTANTE DA EMPRESA
FRANCIELLE MARTINS MARIANI - ARQUITETA
JOÃO CARLOS LAINO - EX-SECRETÁRIO DE ESTADO
VANESSA CHRISTYNE MARTINS JACARANDÁ - EX-SECRETÁRIA DE ESTADO
JANETE GOMES RIVA – EX-SECRETÁRIA DE ESTADO
INSTITUTO PRÓ-AMBIÊNCIA DE MATO GROSSO
JULIANA BORGES MOURA PEREIRA LIMA – PRESIDENTE DO IPAMT
RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

PARECER Nº 5.933/2020

EMENTA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. EXERCÍCIO 2011. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. CONVÊNIO Nº 090/2011/SEC. NÃO COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO. COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO NO VALOR DE R\$ 300.000,00. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PELO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DO CONVENENTE. RATIFICAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO PARECER Nº 4.166/2019. RETIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO. IRREGULARIDADE DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL COM CONDENAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO, APLICAÇÃO DE MULTA PROPORCIONAL AO DANO, REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E À DELEGACIA FAZENDÁRIA DO ESTADO.



1. RELATÓRIO

1. Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Cultura referente ao Termo de Convênio nº 090/2011/SEC, celebrado entre a citada Secretaria e o Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso – IPAMT, no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), dos quais R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foram repassados pela Secretaria de Cultura e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) foram arcados pelo IPAMT, a título de contrapartida não financeira, para execução do projeto “Recuperação do Tesouro do Estado – Museu Histórico de MT” (Malote Digital nº 120752/2016 – fls. 26/29).

2. Este Ministério Público de Contas já se manifestou conclusivamente nestes autos, por meio do Parecer nº 4.166/2016 (Documento Digital nº 196844/2019), no seguinte sentido:

Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se:**

a) pelo julgamento irregular das contas do Termo de Convênio/SEC/MT nº 90/2011, objeto da presente Tomada de Contas Especial;

b) manutenção da irregularidade IB99 atribuída ao Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico), **com aplicação de multa**, por desrespeito aos arts. 6º, incisos IX e X, 7º e 12 da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

c) pela manutenção da irregularidade IB99 atribuída ao Sr. Oscemário Forte Daltro (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico), **com aplicação de multa**, por desrespeito aos arts. 6º, incisos IX e X, 7º e 12 da Lei nº 8.666/1993, bem como ao art. 13 da Lei nº 5.194/1966, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RITCE/MT;

d) pelo afastamento da responsabilidade da Sra. Maria Antúlia Leventi em relação à irregularidade IB99 (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico);

e) pelo afastamento da responsabilidade da Fernanda Moreira da Silva de Oliveira em relação à irregularidade IB99 (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico);

f) pelo afastamento da responsabilidade atribuída à Sra. Francielle Martins Mariani pela irregularidade IB99 (ausência de projeto



básico e de parecer técnico não assinado por engenheiro ou arquiteto habilitado);

g) pela manutenção da irregularidade IB01, atribuída ao Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros, com aplicação de multa pela violação ao arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e art. 67, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

h) pelo afastamento da responsabilidade atribuída à Sra. Fernanda Moreira da Silva de Oliveira pela irregularidade IB01 (Liquidação de despesa sem a comprovação da execução dos serviços em Parcela Única);

i) pela manutenção da irregularidade IB01 atribuída ao Sr. Osceário Forte Daltro, com aplicação de multa por infração ao art. 18 da IN SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 03/2009 e ao art. 62 da Lei nº 4.320/1964, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

j) manutenção da responsabilidade do Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros quanto à irregularidade IB 99 (ausência de designação de fiscal da obra de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso), **com a aplicação de multa** por desrespeito ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

k) manutenção da responsabilidade do Sr. João Carlos Laino em relação ao achado 4 (Irregularidade IB99: inconsistências nos termos aditivos), **com aplicação de multa** devido à inobservância do § 1º e incisos e § 2º do artigo 58, c/c o artigo 116 da Lei nº 8.666/1999, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

l) pela manutenção da responsabilidade da Sra. Vanessa Christyne Martins Jacarandá em relação ao achado 4 (Irregularidade IB99: inconsistências nos termos aditivos), **com aplicação de multa** devido à inobservância do § 1º e incisos e § 2º do artigo 58, c/c o artigo 116 da Lei nº 8.666/1999, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

m) pela manutenção da responsabilidade da Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima pela irregularidade IB03 (Não observância às regras de prestação de contas referente ao Convênio nº 90/2011 – Prestação de contas insatisfatória), **com aplicação de multa** devido à inobservância aos arts. 30 e 43 da IN nº 03/2009 SEPLAN/SEFAZ/AGE, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

n) pelo afastamento da responsabilidade da Sra. Janete em relação ao Achado 6 (Não instauração de Tomada de Contas Especial);

o) pela manutenção da responsabilidade da Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima em relação à irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), **com a aplicação de multa** por descumprimento dos arts. 68 a 70 da Lei nº 8.666/1999, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;



- p) pela manutenção da responsabilidade Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros pela irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), com aplicação de multa por infração aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e art. 67, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;
- q) pela manutenção da responsabilidade do Sr. Oscemário Forte Daltro pela irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), com a aplicação de multa por infração aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;
- r) pela manutenção da responsabilidade da Construtora Taiamã Ltda ME, pelo Achado 7 - Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso, objeto do Convênio nº 90/2011;
- s) pela exclusão de responsabilidade do Sr. Benedito de Assis Rodrigues que, citado, não se manifestou nos autos, sendo declarado revel regimentalmente, por não ter tido imputação de responsabilidade no relatório preliminar de auditoria;
- t) pela condenação de restituição ao erário estadual pelo Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso, representado pela Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima do valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), devidamente corrigido a partir de 28.03.2012, com os acréscimos legais, em solidariedade com os Srs. João Antônio Cuiabano Malheiros, ex-Secretário da SEC, Oscemário Forte Daltro, Ordenador de Despesas da SEC, e a empresa Construtora Taiamã - Ltda;
- u) pela aplicação de multa proporcional ao dano causado, à Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima, João Antônio Cuiabano Malheiros e Oscemário Forte Daltro, na forma do artigo 287 da Resolução nº 14/2007 – Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- v) pela declaração de Inidoneidade do Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso, pelo prazo de 5 anos, para participar de licitações públicas e receber recursos do Estado, em razão dos Achados 5 e 7, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar 269/2007 e artigo 295 da Resolução nº 14/2007;
- x) pela remessa de cópia dos autos à Controladoria Geral do Estado - CGE e Ministério Público Estadual - MPE, bem como da decisão de julgamento desta Corte de Contas, para conhecimento e providências que entenderem cabíveis;
- y) pela remessa de cópia dos autos à Delegacia Fazendária do Estado, para apuração de falsificação em documentos apresentados pelo IPAMT nas suas defesas. (destacou-se)

3. Ocorre que, verificando que o Edital de Notificação nº 538/LHL/2019 (Documento Digital nº 180465/2019) foi publicado sem a devida



inclusão de todos os advogados contantes dos autos, o Conselheiro Relator entendeu necessária nova notificação das partes para apresentação de alegações finais (Documento Digital nº 53124/2020).

4. Devidamente notificados (Documento Digital nº 56473/2020), os responsáveis permaneceram inertes.

5. Por meio do Documento Digital nº 194412/2020, a Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima protocolou requerimento de suspensão da presente tomada de contas especial, o qual foi indeferido, tendo a documentação sido recebida como elemento de informação (Documento Digital nº 196099/2020).

6. Retornam os autos foram a este Ministério Público de Contas para nova manifestação.

7. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

8. De acordo com o já relatado, diante das falhas verificadas no Edital de Notificação nº 538/LHL/2019 (Documento Digital nº 180465/2019), o Conselheiro Relator determinou a notificação das partes para apresentação de alegações finais (Documento Digital nº 56473/2020), concedendo o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para tanto, conforme disposto no art. 141, § 2º, do Regimento Interno.

9. Todavia, efetuada a notificação, os responsáveis mantiveram-se inertes.

10. Posteriormente, a Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima formulou requerimento de suspensão da presente tomada de contas especial, em razão do indeferimento do pedido de revisão da Tomada de Contas Especial nº 489632/2014, protocolado na Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Documento Digital nº 194412/2020, fls. 30/46), sob alegação de nulidades.



11. Ressalta-se aqui, consoante se verifica na decisão que indeferiu o pedido de suspensão da presente tomada de contas especial, que o art. 141, § 2º, do Regimento Interno veda a juntada de novos documentos aos autos após o encerramento da instrução processual, motivo pela qual a documentação foi recebida como elemento de informação.

12. Analisado o requerimento, verifica-se que a requerente repete a mesma linha de argumentação apresentada no curso da instrução processual (Documentos Digitais nº 234867/2016 e 258315/2017), as quais foram devidamente analisadas pela equipe de auditoria no relatório técnico conclusivo (Documento Digital nº 173185/2019) e por este órgão ministerial no Parecer nº 4.166/2019 (Documento Digital nº 196844/2019).

13. Quanto à alegação de nulidade na fase interna da Tomada de Contas Especial nº 489632/2014, na Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, observa-se que esta se pauta no cerceamento do direito de defesa do Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso – IPAMT (Documento Digital nº 194412/2020, fls. 16/18).

14. A requerente alega que consta no item 10 do Termo de encerramento da tomada de contas, datado do dia 14/06/2016, que as tentativas de notificação do Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso – IPAMT, na sua pessoa, restaram infrutíferas, conforme retorno do Ofício nº 75/2016/CTCE.

15. Todavia, conforme se verifica na imagem abaixo (Documento Digital nº 120751/2016, fls. 71) o Ofício nº 75/2016/CTCE foi remetido a Sra. Janete Gomes Riva.



-9º Termo de Juntada contendo:

- a) **Ofício 075/2016/CTCE Notificação de Janete Gomes Riva (fl. 250);**
- b) Adendo ao Relatório Conclusivo (fls. 251-256);
- c) Portaria 077/2016-SEFAZ (fls. 257-258);
- d) Ato de Nomeação de Janete Gomes Riva (fl. 259);
- e) Ato de Exoneração de Janete Gomes Riva (fl. 260);
- f) Portaria 073/2016/SEC (fl. 261);
- g) Lista de Postagem do Ofício 075/2016/CTCE (fl. 262).

-10º Termo de Juntada contendo

- a) Retorno do AR do Ofício 051/2016/CTCE Notificação (fl. 264);
- b) **Retorno do Ofício 075/2016/CTCE Notificação infrutífero (fl. 265);**



SEC
SECRETARIA DE
CULTURA



GOVERNO DO
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

AVENIDA JOSÉ MONTEIRO DE FALCÃO DA SILVA 1515
QUADRA DE CAXAS - 78043-900 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO - ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

WWW.MT.GOV.BR

c) Notificação por Edital da Sra. Janete Gomes Riva (fl. 266).

-11º Termo de Juntada contendo:

- a) Portaria nº 073/2016/SEC (fl.271);
- b) Ata de Reunião do dia 03/06/2016(fl.272-273);
- c) Resultados das Consultadas ao Sistema de Protocolo do Estado (fls.274-276).

16. Ademais, cabe mencionar que houve tentativa de notificação da Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima acerca do Relatório Conclusivo da Comissão da Tomada de Contas Especial (Documento Digital nº 120753/2016, fls. 61/74), datado de 15/03/2015, por meio do Ofício nº 040/2016/CTCE-SEC/MT, a qual restou infrutífera, consoante se verifica na imagem abaixo, Documento Digital nº 120753/2016, fls. 76:



Na qualidade de Membro da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pela Portaria nº. 010/2015/SEC-MT, publicada no Diário Oficial no dia 18 de Dezembro de 2015, na página 185, realizei a juntada de documentos que passam a integrar o Processo, quais sejam:

- a) Retorno do AR do Ofício nº. 039/2016/CTCE/SEC-MT Notificação Sr. João Malheiros (fl. 196);
- b) Retorno do AR do Ofício nº. 040/2016/CTCE/SEC-MT Notificação Sra. Juliana Lima INFRUTIFERO (fl. 197);


RODRIGO SOUZA BATISTA
Comissão de Tomada de Contas Especial
Membro

Cuiabá, 21 de Março de 2016.

TOMADA DE CONTAS

17. Ocorre que, 01/04/2016, a Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima compareceu a Secretaria, tendo sido notificada do Relatório Conclusivo, conforme se verifica na imagem abaixo, Documento Digital nº 120753/2016, fls. 88:



TERMO DE COMPARECIMENTO

Ao 01 (um) dias do mês de Abril de 2016, às 14:30 (catorze horas e trinta minutos) compareceu nesta Secretaria após ser notificada por Diário Oficial do Estado publicado no dia 22 de março de 2016, página 75, a Sra. **JULIANA BORGES MOURA PEREIRA LIMA**, CPF 567.799.841-91, com vistas a tomar ciência do Processo de Tomada de Contas Especial nº 489632/2014 referente ao Termo de Convênio **090/2011**, que tem como Objeto "RECUPERAÇÃO DO THEOURO DO ESTADO – MUSEU HISTÓRICO DE MT".

A Comissão de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado de Cultura, designada pela Portaria nº. 010/2015/SEC-MT, publicada no Diário Oficial no dia 18 de Dezembro de 2015, na página 185;

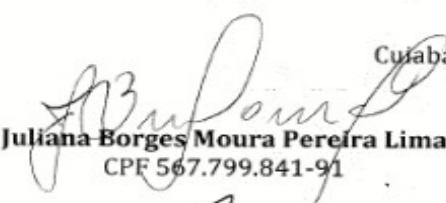
NOTIFICA, a Sra. JULIANA de todo o conteúdo do Relatório Conclusivo, bem como lhe fornece uma cópia de toda sua integralidade.

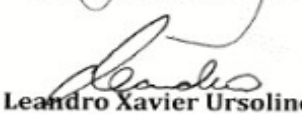
Nesta oportunidade, Sra. JULIANA solicita cópia integral dos autos, qual lhe será fornecida na data de 06 de Abril de 2016, onde a Conveniente compromete a comparecer nesta Secretaria para o recebimento do CD, BEM COMO atualiza seu endereço para correspondências, que passa a ser:

Avenida São Sebastião, 3472, Quilombo, Cuiabá/MT - CEP 78.045-000

Fica NOTIFICADA a apresentar resposta do Relatório Conclusivo até o dia 18 de abril de 2016.

Cuiabá, 01 de Abril de 2016.


Juliana Borges Moura Pereira Lima
CPF 567.799.841-91


Leandro Xavier Ursolino
Presidente

18. Destaca-se ainda que foi emitido adendo ao Relatório Conclusivo, em 20/05/2015, conforme Documento Digital nº 120751/2016, fls. 44/49, concluindo pela manutenção das irregularidades atribuídas ao Instituto Pró-



Ambiência de Mato Grosso – IPAMT, representado pela Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima, como segue (Documento Digital nº 120751/2016, fls. 47):

RESPONSÁVEL: INSTITUTO PRÓ-AMBIÊNCIA DE MATO GROSSO, representado por JULIANA BORGES MOURA PEREIRA LIMA – PRESIDENTE

1. Não-observância das regras para prestação de contas e execução de convênio (Art. 38 da Lei nº 8.666/1993; Art. 32, da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 003/2009; e Art. 10, XI e 11, II, da Lei nº 8.429/92.):
 - 1.1. Ausência de cópia de cheque;
 - 1.2. Ausência de Comprovante Fiscal de Pagamento das pessoas físicas e Jurídicas;
 - 1.3. Ausência de comprovação de entrega do produto.

Apesar de devidamente notificada, comparecimento perante esta secretaria, fornecimento de cópia integral dos autos, bem como dilação de prazo concedida, a conveniente permanece inerte e não apresentou resposta perante esta comissão, visto que **PERMANECEM TODAS AS IRREGULARIDADES.**

19. Dessa forma, restou demonstrado que a Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima, apesar de devidamente notificada do Relatório Conclusivo da Comissão de Tomada de Contas Especial, manteve-se inerte, razão pela qual não se sustenta o alegado cerceamento do direito de defesa.

20. Superado esse ponto, **impende destacar que no tópico 2.2.8 do Parecer nº 4.166/2019 (Documento Digital nº 196844/2019) constou a análise de irregularidade JB99**, que consistiu na não execução da obra/serviço de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011, restando mantida a responsabilização da Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima, representante do IPAMT, juntamente com os Srs. João Antônio Cuiabano Malheiros, Osemário Forte Daltro e a Construtora Taiamã Ltda ME, representada pela Sra. Daniele Gálva Caporossi, pelo dano ao erário estadual no valor de R\$ 300.000,00, o qual deverá ser restituído ao Estado, em solidariedade.



21. No entanto, verifica-se que, por equívoco, não constou da conclusão do parecer a aplicação de multa para a Construtora Taiamã Ltda ME em razão da manutenção da irregularidade JB99 (item r), nem a aplicação de multa proporcional ao dano causado (item u).

22. Diante disso, cabe aqui retificar os pedidos contantes dos itens “r” e “u” do Parecer Ministerial nº 4.166/2019 (Documento Digital nº 196844/2019), nos seguintes termos: r) pela manutenção da responsabilidade da Construtora Taiamã Ltda ME, pela irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), com a aplicação de multa por descumprimento de norma legal, nos termos do art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT; u) pela aplicação de multa proporcional ao dano causado, à Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima, aos Srs. João Antônio Cuiabano Malheiros e Oscemário Forte Daltro, e a Construtora Taiamã Ltda ME, representada pela Sra. Danielle Gaíva Caporossi, na forma do artigo 287 da Resolução nº 14/2007 – RI-TCE/MT.

23. Assim sendo, este Ministério Público de Contas, manifesta-se pela ratificação dos fundamentos do Parecer Ministerial nº 4.166/2019 (Documento Digital nº 196844/2019, bem como pela retificação dos pedidos contidos nos itens “r” e “u” de sua conclusão, com vistas a promover as alterações acima descritas.

3. CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, no exercício de suas atribuições institucionais, ratificando os fundamentos do Parecer Ministerial nº 4.166/2019 (Documento Digital nº 196844/2019, bem como retificando os pedidos contidos nos itens “r” e “u” de sua conclusão, manifesta-se:

a) pelo julgamento irregular das contas do Termo de Convênio/SEC/MT nº 90/2011, objeto da presente Tomada de Contas Especial;



b) pela manutenção da irregularidade IB99 atribuída ao Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico), **com aplicação de multa**, por desrespeito aos arts. 6º, incisos IX e X, 7º e 12 da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

c) pela manutenção da irregularidade IB99 atribuída ao Sr. Oscemário Forte Daltro (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico), **com aplicação de multa**, por desrespeito aos arts. 6º, incisos IX e X, 7º e 12 da Lei nº 8.666/1993, bem como ao art. 13 da Lei nº 5.194/1966, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RITCE/MT;

d) pelo afastamento da responsabilidade da Sra. Maria Antúlia Leventi em relação à irregularidade IB99 (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico);

e) pelo afastamento da responsabilidade da Sra. Fernanda Moreira da Silva de Oliveira em relação à irregularidade IB99 (ausência de parecer técnico assinado por profissional não habilitado e de projeto básico);

f) pelo afastamento da responsabilidade atribuída à Sra. Francielle Martins Mariani pela irregularidade IB99 (ausência de projeto básico e de parecer técnico não assinado por engenheiro ou arquiteto habilitado);

g) pela manutenção da irregularidade IB01, atribuída ao Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros, **com aplicação de multa** pela violação ao arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e art. 67, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

h) pelo afastamento da responsabilidade atribuída à Sra. Fernanda Moreira da Silva de Oliveira pela irregularidade IB01 (Liquidação de despesa sem a comprovação da execução dos serviços em Parcela Única);



i) **pela manutenção da irregularidade IB01 atribuída ao Sr. Oscemário Forte Daltro, com aplicação de multa por infração ao art. 18 da IN SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 03/2009 e ao art. 62 da Lei nº 4.320/1964, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;**

j) **manutenção da responsabilidade do Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros quanto à irregularidade IB99 (ausência de designação de fiscal da obra de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso), com a aplicação de multa por desrespeito ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;**

k) **manutenção da responsabilidade do Sr. João Carlos Laino em relação ao achado 4 (Irregularidade IB99: inconsistências nos termos aditivos), com aplicação de multa devido à inobservância do § 1º e incisos e § 2º do artigo 58, c/c o artigo 116 da Lei nº 8.666/1999, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;**

l) **pela manutenção da responsabilidade da Sra. Vanessa Christyne Martins Jacarandá em relação ao achado 4 (Irregularidade IB99: inconsistências nos termos aditivos), com aplicação de multa devido à inobservância do § 1º e incisos e § 2º do artigo 58, c/c o artigo 116 da Lei nº 8.666/1999, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;**

m) **pela manutenção da responsabilidade da Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima pela irregularidade IB03 (Não observância às regras de prestação de contas referente ao Convênio nº 90/2011 – Prestação de contas insatisfatória), com aplicação de multa devido à inobservância aos arts. 30 e 43 da IN nº 03/2009 SEPLAN/SEFAZ/AGE, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;**

n) **pelo afastamento da responsabilidade da Sra. Janete em relação ao Achado 6 (Não instauração de Tomada de Contas Especial);**



o) pela manutenção da responsabilidade da Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima em relação à irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), **com a aplicação de multa** por descumprimento dos arts. 68 a 70 da Lei nº 8.666/1999, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

p) pela manutenção da responsabilidade Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros pela irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), **com aplicação de multa** por infração aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e art. 67, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

q) pela manutenção da responsabilidade do Sr. Osemário Forte Daltro pela irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), **com a aplicação de multa** por infração aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964, com fulcro no art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

r) pela manutenção da responsabilidade da Construtora Taiamã Ltda ME, pela irregularidade JB99 (Não execução da obra/serviços de recuperação do Museu Histórico de Mato Grosso objeto do Convênio nº 90/2011), **com a aplicação de multa** por descumprimento de norma legal, nos termos do art. 75, III, da LO-TCE/MT c/c o art. 286, II, do RI-TCE/MT;

s) pela exclusão de responsabilidade do Sr. Benedito de Assis Rodrigues que, citado, não se manifestou nos autos, sendo declarado revel regimentalmente, por não ter tido imputação de responsabilidade no relatório preliminar de auditoria;

t) pela condenação de restituição ao erário estadual pelo Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso, representado pela Sra. Juliana Borges



Moura Pereira Lim, do valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), devidamente corrigido a partir de 28.03.2012, com os acréscimos legais, **em solidariedade com os Srs. João Antônio Cuiabano Malheiros, ex-Secretário da SEC, Osemário Forte Daltro, Ordenador de Despesas da SEC, e a empresa Construtora Taiamã - Ltda;**

u) **pela aplicação de multa proporcional ao dano causado, à Sra. Juliana Borges Moura Pereira Lima, aos Srs. João Antônio Cuiabano Malheiros, Osemário Forte Daltro e a Construtora Taiamã Ltda ME, representada pela Sra. Danielle Gaíva Caporossi, na forma do artigo 287 da Resolução nº 14/2007 – RI-TCE/MT;**

v) **pela declaração de Inidoneidade do Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso, pelo prazo de 5 anos, para participar de licitações públicas e receber recursos do Estado, em razão dos Achados 5 e 7, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar 269/2007 e artigo 295 da Resolução nº 14/2007;**

x) **pela remessa de cópia dos autos à Controladoria Geral do Estado - CGE e Ministério Público Estadual - MPE, bem como da decisão de julgamento desta Corte de Contas, para conhecimento e providências que entenderem cabíveis;**

y) **pela remessa de cópia dos autos à Delegacia Fazendária do Estado, para apuração de falsificação em documentos apresentados pelo IPAMT nas suas defesas.**

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, em 10 de novembro de 2020.

(assinatura digital)¹
GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador de Contas

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.